

ATA N.º 54: Grupo de Trabalho de Pesca de Demersais e Bentónicos

22 de março de 2023

📍 Hotel Meliá Lisboa Aeroporto
(Lisboa - Portugal)

1) Introdução. Natureza da reunião

O Grupo de Trabalho de Pesca de Demersais e Bentónicos do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) reuniu-se em formato híbrido, no Hotel Meliá Lisboa Aeroporto, às nove horas e trinta minutos locais, do dia vinte e dois de março, de dois mil e vinte e três.

2) Sessão de boas-vindas do Presidente do Grupo de Trabalho

O Sr. Juan Verdú (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Las Palmas* e Presidente deste grupo de trabalho) cumprimentou todos os presentes e deu início à reunião.

3) Informações administrativas e Adoção da agenda

A Secretária-Geral informou que a ata da última reunião tinha sido aprovada por consenso e por escrito, no dia oito de fevereiro de dois mil e vinte e dois e que nesta reunião havia interpretação simultânea em português, espanhol e francês e que a mesma estava a ser gravada para efeitos de redação de ata. Informou ainda que a agenda desta reunião foi adotada, por escrito e consenso, no dia nove de março de dois mil e vinte e três.

4) Apresentação sobre «Obrigação de desembarque»: FishFix - Dra. Lisa Borges;

A Dra. Lisa Borges (Presidente da *FishFix*) fez uma resenha histórica da política das rejeições das capturas, da Comissão Europeia (CE). Relatou que em 1992, houve uma análise das rejeições da pesca, relativamente às quotas e seletividade das pescarias. Em 2001, a CE lançou um «*Green Paper*» - Documento verde - sobre as rejeições da pesca e os sistemas de quotas. Em 2007, a CE voltou a analisar o assunto, detalhadamente, e propôs uma política para as rejeições da pesca. Esta política estava relacionada com a redução gradual das rejeições, de determinadas pescarias.

A obrigação de desembarque foi discutida e aprovada em 2013 e adotada em 2014. Esta medida tem em conta o tipo de espécies (se são vulneráveis ou não) e não o tipo de pescarias. Antes de 2015, parte das capturas podiam ser legalmente rejeitadas, como as espécies abaixo do tamanho mínimo ou sem quota. A partir de 2015 todas as capturas da pesca, passaram a ter de ser desembarcadas e não poderia haver rejeições. A obrigação de desembarque teve como objetivo reduzir as capturas

indesejadas, implementar efetivamente os totais admissíveis de captura (TACs) e aumentar a seletividade das pescarias europeias. A obrigação de desembarque aplica-se: às espécies que têm quotas a nível europeu e às espécies que têm tamanhos mínimos no Mediterrâneo. Os principais incentivos positivos para implementar a obrigação de desembarque são: participação da indústria, aumento de quotas, acesso preferencial a áreas de pesca, desregulamentação de algumas medidas técnicas em determinadas portarias, maior financiamento da CE para novas artes de pesca seletiva, maior transparência da atividade pesqueira e programas de certificação das pescarias. Os principais incentivos negativos, para implementar a obrigação de desembarque, são: a obrigatoriedade de monitorização das pescarias e o aumento das sanções associadas ao não cumprimento da política da obrigação de desembarque. A obrigação de desembarque foi regulamentada na Política Comum de Pescas (PCP) e para permitir uma melhor adaptação, foram incluídas quatro (4) isenções para as quais a frota se podia candidatar: peixe danificado por predação de outros organismos, impossibilidade de aumentar a seletividade da arte de pesca, triagem comercial e elevada taxa de sobrevivência do pescado. Referiu que o projeto [Discardless](#) ajuda a fornecer os conhecimentos, as ferramentas e as tecnologias, bem como o envolvimento das partes interessadas, para conseguir a eliminação gradual das rejeições. Comentou que as sanções aplicadas, à não implementação da obrigação de desembarque, foram adiadas por três anos, para que o sector se pudesse adaptar e que, neste momento, não existia monitorização no mar. Todas as exceções e rejeições deviam ser reportadas nos diários de bordo, contudo, ainda não existe esta prática. Informou que devido à obrigação de desembarque, houve a regionalização dos planos de rejeição, o aumento da investigação através do conhecimento da sobrevivência das espécies, o aumento do conhecimento da seletividade das artes de pesca e o desenvolvimento de mais modelos económicos e ecológicos. As políticas de pesca também foram modificadas, por exemplo, através do aumento de quotas e da modificação da lista de espécies cujas capturas foram proibidas. Contudo, não houve aumento da monitorização das embarcações a bordo. Em termos gerais, entre 2015 e 2020, os TACs europeus aumentaram 36% e entre 2019 e 2020 aumentaram de 40% a 50%, porque passaram a ter em conta o total de rejeições. Deu o exemplo de que havendo 64 toneladas desembarcadas e 36 toneladas de rejeições, o TAC passaria a ser de 100 toneladas. A sobrepesca na Europa estabilizou nos últimos anos.

Os conselhos científicos podem estar incorretos, por não se saber o número de rejeições ilegais, o que pode aumentar a sobrepesca. Comentou que era necessário monitorizar e controlar a implementação da obrigação de desembarque no mar. A CE investiu na revisão do Regulamento Europeu de Controlo. Um dos incentivos positivos para as pescarias com menos rejeições, era a maior facilidade no acesso à [Certificação de Sustentabilidade de Pescarias MSC](#).

5) Perguntas e Respostas. Debate entre os membros sobre o procedimento da obrigação de desembarque nas RUPs;

O Sr. Gonçalo Carvalho (*Sciaena*), comentou que a monitorização não deveria ser considerada como um incentivo negativo, pois permite aumentar o conhecimento dos pescadores, nomeadamente sobre qual o impacto da sua atividade e valorizar o seu tipo de pescaria (se for o caso). Solicitou à Sra. Lisa Borges que indicasse formas de melhorar a implementação da obrigação de desembarque e qual o tipo de pescarias demersais e bentónicas afetadas pela medida.

A Sra. Lisa Borges concordou com o facto da monitorização não ser subentendida como algo negativo. Contudo o facto de haver mais inspeções, mais controlo e mais custos de aparelhos eletrónicos de monitorização, fazia com que o sector a considerasse como um incentivo negativo. A monitorização melhora a transparência da atividade de pesca e permite que haja certificações de sustentabilidade e, conseqüentemente, mais regalias económicas. Ressalvou o facto de as pescarias das RUPs terem aumentado o conhecimento da sua seletividade. Os dados disponíveis sobre as rejeições das capturas de pesca nas RUPs, também aumentaram. A obrigação de desembarque foi uma grande mudança de política na pesca e dificilmente seria retirada, apenas adaptada. Comentou que o sector deveria compreender que, não havendo a obrigação de desembarque, os TACs diminuiriam, pois, as rejeições deixariam de ser contempladas. Salientou que a monitorização das pescarias era fundamental para garantir a boa implementação da obrigação de desembarque. Acrescentou que era necessário compreender se as exceções à obrigação de desembarque, eram adequadas à realidade do sector ou se era necessário adaptá-las.

O Sr. Juan Martin (OP ANACEF), informou que os TACs aumentaram, porque os recursos demersais também alcançaram o seu rendimento máximo sustentável (MSY). Considerando a última reforma da PCP, a CE entendia que era necessário adaptar as suas políticas. Informou que era preciso haver monitorização eletrónica nas embarcações. Informou que algumas artes de pesca utilizam o *Slipping* para rejeitar as suas capturas indesejadas, pois segundo estudos científicos o pescado libertado tinha uma boa taxa de sobrevivência. Contudo, as frotas de pequena escala tinham dificuldades em implementar os sistemas de monitorização. Comentou que tinha dúvidas que, no futuro, as rejeições diminuíssem.

A Sra. Lisa Borges referiu que, nos dados apresentados, teve em consideração o estado das unidades populacionais e os MSY. Ou seja, analisou o aumento dos TACs apenas devido à nova medida da obrigação de desembarque. Informou que foram analisados os TACs para pescarias de demersais,

de pelágicos e por áreas geográficas. Concordou com o facto de, em alguns casos, o sector preocupar-se com a transparência. Referiu que o sector tinha uma boa oportunidade para ser proativo e sugerir o tipo de monitorização que gostariam de implementar. Comentou que enquanto não for obrigatória a monitorização eletrónica, ou a implementação de câmaras a bordo das embarcações, o setor da pesca podia aproveitar para obter mais facilmente financiamento da CE ou de programas de investigação. Reforçou que a política de obrigação de desembarque dificilmente seria retirada e que era importante trabalhar no sentido de melhorar a mesma.

O Sr. Juan Verdú agradeceu a participação da Sra. Ursula Krampe (Comissão Europeia - Unidade C1) e a Sra. Cláudia Martins (Assistente no Parlamento Europeu).

A Sra. Ursula Krampe acrescentou que o aumento dos TACs está baseado no aumento máximo sustentável dos pareceres científicos. O [Regulamento nº 472/2019](#), sobre o plano plurianual para as unidades populacionais capturadas nas águas ocidentais e águas adjacentes, incluiu os planos de rejeições e tem em conta a regionalização da PCP. Informou que os Estados Membros se reúnem para estudar a sobrevivência das espécies abrangidas por este plano plurianual. Solicitou que as partes interessadas enviassem mais informações sobre as rejeições, pois quanto melhores forem os dados, melhores seriam os resultados. Os TACs dependem da qualidade dos dados, sobre as capturas desejadas e indesejadas. A obrigação de desembarque não deixará de existir, pois cada vez mais será necessário eliminar as rejeições. Os TACs das pescarias das águas ocidentais aumentaram, porque houve uma boa gestão das mesmas. Reforçou que a CE se baseia em pareceres científicos e que era necessário monitorizar as pescas. Informou que a maioria das capturas de tubarões eram proibidas.

A Sra. Lisa Borges relativamente às capturas dos tubarões concordou com a Sra. Úrsula, pois a lista de espécies protegidas tinha como principal objetivo proibir as suas capturas. Contudo, algumas espécies, apesar de estarem na lista de espécies protegidas, têm quotas para determinadas áreas, o que enfraquecia o objetivo de proteger espécies sensíveis, como por exemplo os tubarões-baleia (*Rhincodon typus*), as mantas (*Gymnura altavela*), etc. A monitorização eletrónica a bordo era muito importante e a qualidade dos dados só seria boa se a informação disponível também o fosse. Ressalvou que as quotas foram aumentadas, mas dentro dos pareceres científicos do Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES) relativamente ao rendimento máximo sustentável.

O Sr. Jacinto da Silva (Coopescamadeira) informou que os pescadores que capturam peixe-espada-preto (*Aphanopus carbo*), utilizam artes de pesca a 700-800 metros de profundidade e, acidentalmente, capturam tubarões de profundidade. Os pescadores têm reportado que a captura de tubarões de profundidade, nomeadamente o tubarão xara-branca (*Centrophorus squamosus*) e é inevitável. Comentou que, uma vez que os tubarões de profundidade não sobrevivem à diferença de

pressão, deveria ser permitido aproveitar as capturas acidentais, ao invés de devolvê-los ao mar. Acrescentou que alguns pescadores têm o cuidado de mudar de zona de pesca, quando sabem que existe uma maior concentração de tubarões de profundidade. Apelou que a CE permitisse o desembarque de uma percentagem destas capturas acidentais e que fosse possível a sua comercialização.

A Sra. Ursula Krampe referiu que Portugal era obrigado a enviar informação científica necessária para avaliar a captura acidental de tubarões, contudo, até 2018 a CE não recebeu essa informação. Os tubarões de profundidade foram identificados como espécies sensíveis, devendo ser protegidos e não comercializados. O objetivo da CE era reduzir drasticamente a captura de tubarões de profundidade e, neste momento, as capturas acessórias de tubarões de profundidade não eram permitidas. Reforçou que não pode haver pesca comercial de tubarões de profundidade. Referiu que era necessário haver uma pesca alternativa. Sugeriu que os pescadores da Madeira tentassem encontrar uma solução junto do Estado Membro Português. Acrescentou que caso tivessem mais questões, enviassem através de email, pois tinha de se ausentar da reunião por motivos de saúde.

O Sr. João Delgado (Mútua dos Pescadores) informou que defende um aproveitamento total das capturas. Referiu que Portugal consome em média 57 quilos de pescado por ano, sendo o terceiro país no mundo a consumir mais pescado. Considerando as capturas proibidas, as quotas, os TACs e a necessidade de capturar indivíduos com maior valor comercial, os pescadores e as empresas precisavam de encaixe financeiro para garantir o seu funcionamento e a sua rentabilidade. Existe escassez de infraestruturas para congelação e armazenamento de pescado, o que obriga os pescadores a deixar pescado no mar, ou a até mesmo, a não ter onde o colocar após o desembarque. Todos os pontos de vista, deveriam ser considerados para traçar políticas públicas consequentes e não desvinculadas da teoria. A obrigação de desembarque, apesar de ser uma teoria de boa-fé e visar o reequilíbrio dos recursos, podia não ir de encontro à realidade prática. Deu o exemplo de na pesca de pescada (*Merluccius merluccius*), os anzóis número 9 permitirem a captura de exemplares de 300 gramas ou de 10 quilos. Questionou sobre o que deveria ser feito com a espécie de menor valor comercial, uma vez que o pescador preferia capturar a de maior valor comercial. Comentou que a monitorização, muitas vezes, era apresentada como sendo uma punição e perseguição, e não concordava. Questionou ainda sobre a possibilidade de aumentar os investimentos públicos em áreas como a formação para boas práticas no mar, a valorização do pescado, a estabilização das condições de vida, o reconhecimento social da profissão de pescador, ao invés da constante vigilância e punição das pescarias.

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores) referiu que iria perguntar, por escrito, à Sra. Úrsula Krampe sobre o porquê de haver TAC zero para a captura

acidental de tubarões de profundidade. Nos Açores, existe um plano de rejeições aprovado com total isenção para a captura do goraz (*Pagellus bogaraveo*), 5% para os *Beryx spp.* e 3% para o carapau (*Trachurus picturatus*). Não houve aumento de quotas, mas sim uma redução de quotas em algumas espécies. As rejeições eram um tema complexo e essencialmente afeto à pesca com arrasto. Contudo, apesar de serem muito menos significativas, aliás quase insignificantes, também havia rejeições nas pescarias com palangre de fundo e de superfície. A pesca praticada nos Açores é essencialmente através de linhas e anzóis, ou seja, é uma arte seletiva, responsável e sustentável e como tal, devia haver uma discriminação positiva para as RUPs. Comentou que as RUPs estavam a ser penalizadas por políticas iguais às dos restantes Estados Membros do Continente Europeu, quando a realidade das RUPs era completamente diferente. Tinha de haver políticas e decisões diferentes. Concordou com a intervenção do Sr. Juan Martin e do Sr. João Delgado. Comentou que era injusto estarem sujeitos ao mesmo plano de rejeições. Atualmente, existe uma grande crise na aquisição de alimentos e os decisores políticos deveriam ter em conta esse aspeto.

A Sra. Lisa Borges relativamente à intervenção do Sr. João Delgado, esclareceu que a obrigação de desembarque existia há pelo menos oito (8) anos. Contudo, não havendo controlo e monitorização a bordo, não era possível garantir uma boa implementação da medida. Comentou que ainda existiam muitos programas financiados para investir na formação de profissionais da pesca. Atualmente era necessário haver monitorização, para além de formação, pois existem indícios que a obrigação de desembarque, como referido, não está a ser bem implementada e, como tal, era necessário repensar como melhorar a sua aplicabilidade. Relativamente à intervenção do Sr. Jorge Gonçalves, informou que apesar da tendência global, houve quotas reduzidas, inclusive devido à redução dos *stocks* e explicou que teve em conta esses dados na sua análise.

O Sr. Gonçalo Carvalho, referiu que as RUPs tendem a ser uma realidade esquecida e sub-representada na Ciência e na tomada de decisão política. O CCRUP era uma oportunidade para dar a conhecer as particularidades e as realidades das RUPs. Relativamente às rejeições, informou que, na maioria das RUPs o assunto não era tão grave como noutras áreas, devido à ausência de artes de pesca como o arrasto. Sugeriu que fosse elaborada uma recomendação sobre as rejeições das capturas de pesca nas RUPs e, conseqüentemente, a necessidade de haver mais investigação, para melhorar a seletividade das pescas. Sugeriu que o CCRUP solicitasse um reforço financeiro para apoiar esses estudos. A monitorização não devia ser vista como algo prejudicial. Propôs que nas próximas reuniões do Grupo de Trabalho houvesse uma apresentação do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) sobre um programa de monitorização com a pesca pequena-escala. A monitorização, frequentemente, permite aos pescadores solucionar problemas, como por exemplo, a recusa de

seguradoras pagarem determinados prémios e permite ainda, o aumento da sua participação nas consultas públicas.

A Sra. Lisa Borges concordou com a necessidade de continuar a haver projetos de investigação nas RUPs, sobre as especificidades das suas pescarias. Sugeriu que, caso o CCRUP considerasse importante, expressassem junto da CE, nomeadamente a DG MARE, o interesse em criar um grupo de trabalho científico. Referiu que tinha disponibilidade para trabalhar com o CCRUP e que era necessário haver mais apoios.

6) Apresentação sobre «Relatório anual sobre o estado das unidades populacionais capturadas nos cinco departamentos ultramarinos: Maiote, Reunião, Guyana francesa, Martinica e Guadalupe»: Instituto Francês de Investigação para a Exploração do Mar (IFREMER):

O Sr. Lionel Pawlowski (IFREMER) informou que o *«relatório anual sobre o estado das populações pescadas nos cinco departamentos ultramarinos: Maiote, Reunião, Guiana, Martinica e Guadalupe»* foi concluído em Dezembro de 2022 e foi realizado com base nos desembarques de 2021. Os dados utilizados eram do [Sacrois](#), da Direção Geral dos Assuntos Marítimos, Pescas e Aquicultura (DGAMPA) (França) e da base de dados do IFREMER. As embarcações consideradas no relatório, não representavam a totalidade das embarcações que operam nas RUPs francesas. Deu o exemplo de *Mayotte*, onde outras embarcações estrangeiras que pescam na região, podiam representar uma parte significativa da atividade de pesca e do total de capturas. Os valores dos desembarques de embarcações com menos de 12 metros foram estimados a partir de uma amostragem estatística do programa de observação - [OBSDEB](#). As capturas no Oceano Índico, efetuados por atuneiros cercadores, registados na Reunião como em Mayotte, que desembarcam nas Seychelles e Madagáscar, não foram incluídas. Também não foram incluídas as capturas efetuadas no Antártico, nem nos Territórios Austrais Franceses. Referiu que a identificação do estado *do stock* era realizada através da estimativa da biomassa e do esforço de pesca (F), em relação ao rendimento máximo sustentável (MSY). Muitos dos *stocks* das RUPs francesas eram definidos como *«Stock limitado de dados»*, devido à falta de dados. Mostrou um diagrama referente a uma avaliação geral dos *stocks* das RUPs e explicou que 34% dos desembarques das RUPs francesas correspondem a espécies consideradas em bom estado de conservação, 22% a espécies sobreexploradas e 43% a espécies não avaliadas (ou cujas avaliações não eram fiáveis). Informou que existem dois grupos distintos de capturas por região: os grandes pelágicos (tunídeos) e as espécies costeiras / recifais. O total dos desembarques locais de tunídeos pode ser muito

elevado consoante o território, como por exemplo Mayotte e Reunião. O total de desembarque das espécies costeiras ou recifais continua sem avaliação ou com diagnósticos preliminares que devem ser reforçados. Informou que, em Guadalupe, na Martinica e em Mayotte, havia menos conhecimentos sobre o estado de *stocks* dos tunídeos. Na Ilha de Reunião e Guyana Francesa havia mais *stocks* de atum em bom estado de conservação, representando 40% e 51%, respetivamente. Na Martinica, 62% dos *stocks* não foram avaliados; 30% estão em bom estado de conservação, como por exemplo, o atum albacora (*Thunnus albacares*) e o Luciano nep (*Lutjanus spp.*) e 7% estão sobrepescados, como por exemplo o Espadim (*Makaira nigricans*). Na Guadalupe, 79% dos *stocks* não foram avaliados, 20% estão em bom estado de conservação, como por exemplo o atum albacora (*Thunnus albacares*) e o atum bonito (*Katsuwonus pelamis*) e 1% estão sobrepescados, como por exemplo o Espadim (*Makaira nigricans*). Na Guyana Francesa, 40% dos *stocks* estão em bom estado de conservação, como por exemplo o Bagres-crucifixo (*Hexanemichthys proops*) e a Pescada-Cambucu (*Cynoscion virescens*); 29% estão sobrepescados, como por exemplo a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) e o camarão (*Penaeus spp*) e 24% não foram avaliados, como por exemplo o Luciano nep (*Lutjanus spp*). Na Ilha da Reunião, 51% dos *stocks* estão em bom estado de conservação, como por exemplo, o Espardarte (*Xiphias gladius*) e o atum voador (*Thunnus alalunga*), 40% estão sobrepescados, nomeadamente espécies de atuns como o atum albacora (*Thunnus albacares*), o atum patudo (*Thunnus obesus*) e 9% não foram avaliados. Na Mayotte, 74% dos *stocks* não foram avaliados, 15% estão sobrepescados, como por exemplo o atum albacora (*Thunnus albacares*) e o atum patudo (*Thunnus obesus*) e 11% estão em bom estado de conservação, como por exemplo, o atum bonito (*Katsuwonus pelamis*) e o espadarte (*Xiphias gladius*). Explicou que alguns *stocks* não tinham sido avaliados, devido à impossibilidade de usar instrumentos de avaliação convencionais, à escassez de dados, à inexatidão dos dados comunicados, à falta de informação sobre a pesca ilegal e recreativa e, ainda, devido à falta de informação sobre a biologia local da espécie. Acrescentou que existe muita falta de infraestruturas para venda de pescado e, conseqüentemente, era difícil haver um bom conhecimento sobre os totais de desembarque. Informou que o principal objetivo do relatório era servir de base para um estudo-piloto sobre a viabilidade de recolha de parâmetros biológicos que permitissem determinar o estado dos recursos.

7) Perguntas e Respostas:

O Sr. Charif Abdallah (*Chambre de l'Agriculture, de la Pêche et de l'Aquaculture de Mayotte*) comentou que, desde 2014, que a Mayotte era uma RUP e não havia progressos relativamente à renovação das frotas. Nessa altura, a Comissão Europeia recomendou que a França melhorasse as

condições de Mayotte, contudo ainda faltavam infraestruturas portuárias e de desembarque. Muitas embarcações estavam proibidas de pescar, por não cumprirem com as normas europeias. Apesar disso, existem embarcações estrangeiras como cercadores, a pescar nas águas de Mayotte. Em 2005, várias instituições da África do Sul, Seychelles, Comores, La Réunion e Mayotte - inclusive a CAPAM - trabalharam em conjunto para reportar dados sobre as capturas locais, contudo, estes dados nunca foram solicitados pelo IFREMER. Referiu que, um dos problemas da recolha de dados, era o facto de alguns pescadores nem sempre compreenderem a necessidade de preencher os diários de bordo. A renovação da frota de Mayotte era urgente. Comentou que as embarcações atuais de Mayotte não permitem que o setor das pescas seja apelativo para as gerações mais jovens. A maioria dos pescadores tinha cerca de 60 anos. Informou que foi construída uma marina «*Halle à marée*», quando a prioridade deveria ser a melhoria das embarcações e a criação de infraestruturas locais. Cerca de 80% da pesca e venda de pescado em Mayotte era considerada ilegal, por não cumprir as leis europeias. Informou que, muitos pescadores, não estão registados na Segurança Social, devido aos elevados encargos para o seu registo. Solicitou que o Governo francês fosse informado de que a população de Mayotte precisava de boas condições para o setor da pesca.

O Sr. Lionel Pawlowski esclareceu que não representava o Estado Francês, por isso não tinha poder para modificar a maioria dos problemas mencionados pelo Sr. Charif Abdallah. Relativamente ao relatório e à recolha de dados em Mayotte, informou que o IFREMER tinha uma parceria com o Parque Natural Marinho de Mayotte, para obter dados da pesca na região. Referiu que a obtenção de dados diretos em Mayotte era algo dispendioso para o IFREMER. Tanto na ilha de Mayotte, como na Guiana Francesa, havia muita pesca ilegal e como tal era difícil obter dados e estimativas sobre o verdadeiro estado dos *stocks*. Informou que iria transmitir os comentários ao Comité Científico do IFREMER.

A Sra. Soumeya Djaffar (*Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture*) comentou que, da forma como os dados sobre o estado dos *stocks* da Ilha da Reunião estavam apresentados, podia indicar que os 40% dos *stocks* sobrepescados eram devido à pesca local. Contudo, esses 40% correspondiam a *stocks* de tunídeos, ou seja, espécies migratórias que também eram capturadas por embarcações cercadoras do Oceano Índico. A pesca de pequena escala não era a responsável pelos *stocks* estarem sobrepescados

O Sr. Lionel Pawlowski compreendeu e referiu uma vez que os *stocks* eram partilhados estava subentendido que outras pescarias também eram responsáveis pelo estado do stock. Tomou nota para informar o colega do IFREMER responsável pela redação do relatório apresentado.

O Sr. Gérard Zitte (*Comité Régional de Pêches Maritimes et Élevages Marins de la Réunion*)

informou que a pesca profissional contribuiu para a recolha de dados. Contudo, para além dos pescadores profissionais, os pescadores recreativos pescavam com as mesmas artes de pesca. Referiu que era necessário ter em conta os dados da pesca recreativa, para poder analisar com precisão o estado dos *stocks*. O Estado Membro Francês também deveria aplicar a obrigação de desembarque às capturas de pesca recreativa. Existem espécies demersais que são capturadas nas épocas de defeso.

O Sr. Lionel Pawlowski informou que, nas Antilhas, existe um projeto «[Recreafish](#)», para quantificar as capturas de pesca recreativa através de inquéritos telefónicos e sugeriu que a Ilha da Reunião pudesse adotar um projeto igual ou semelhante. Informou ainda que, na Nova Caledónia, muito do pescado capturado pela pesca recreativa também era comercializado. Sugeriu que fossem cartografados os pontos de venda de todo o tipo de pesca, para aumentar o controle da mesma. Esclareceu que não se pode confundir a pesca recreativa com a pesca ilegal.

A Sra. Anaïs Mourtada (Comité Régional de Pêches Maritimes et Élevages Marins) perguntou se havia outra forma de quantificar o impacto da pesca recreativa, para além de questionários telefónicos, e se havia projetos para quantificar o impacto da pesca ilegal em territórios como por exemplo a Guyana Francesa. Perguntou quais eram os motivos para alguns dos *stocks* não serem avaliados, inclusive se havia dificuldades em identificá-los cientificamente. Perguntou ainda se estava previsto algum estudo do IFREMER, para melhorar os conhecimentos sobre a pesca nas RUPs francesas.

O Sr. Lionel Pawlowski reiterou que o projeto «Recreafish» tinha como objetivo estudar os impactos da pesca recreativa e aproveitar os dados obtidos para futuros estudos e projetos sobre a pesca recreativa. Um dos principais problemas em quantificar a pesca recreativa, inclusive nas Antilhas, era a falta de controle no mar. Os serviços de segurança marítima muitas vezes estavam ocupados com outros problemas, como tráfico de drogas. Referiu ainda que eram necessários mais apoios financeiros para conseguir obter dados. Comentou que, para além da pesca ilegal, também era difícil controlar os desembarques da pesca local. Sugeriu que houvesse um projeto semelhante ao da pesca recreativa para tentar quantificar as capturas ilegais, contudo seria uma estimativa com uma margem de erro muito grande. Explicou que os estudos utilizados para o relatório foram realizados através de observadores e, muitas vezes, o pescado era vendido muito rapidamente, não havendo tempo para obter os devidos dados científicos, ou até mesmo, conseguir distinguir espécies similares. Além disso, alguns dos observadores eram voluntários e nem sempre conseguiam ter o mesmo nível de conhecimentos relativamente às espécies. Referiu que o IFREMER costuma optar por comprar o pescado, para conseguir realizar os seus estudos.

O Sr. Gonçalo Carvalho questionou se o IFREMER saberia quantificar o impacto da

contaminação por clordecona nos *stocks* das RUPs francesas.

O Sr. Lionel Pawlowski informou que, atualmente, não havia conhecimentos sobre o impacto da clordecona, porque este pesticida era utilizado há muitos anos no cultivo da banana e só em 2000 começaram a acompanhar os dados da contaminação, pelo que não era possível haver uma referência para determinar os impactos no pescado. Apesar disso, em Guadalupe, realizaram uma cartografia da zona contaminada e não foram observadas diferenças no número de capturas de pescado. Neste momento estão a estudar os arrojamentos de *Sargassum*, através de dados de satélite para determinar qual o impacto nas populações de pescado.

O Sr. Juan Verdú informou que o ponto da agenda «*Debate entre os membros sobre a replicação de medidas de gestão aprovadas em alguns países*» não tinha sido cumprido e seria posteriormente analisado, assim como a proposta de recomendação do Sr. Gonçalo Carvalho.

8) Outros assuntos

Não havendo mais intervenções nem pedidos de palavra, o Sr. Juan Verdú deu por encerrada a reunião.

9) Conclusões/Recomendações

Todos os pontos de agenda, exceto o ponto «*Debate entre os membros sobre a replicação de medidas de gestão aprovadas em alguns países*», foram cumpridos.

ND.